
Research Article

O medievalismo em “Afonso Henriques e D. Teresa”, de Agustina Bessa-Luís: variações sobre a *Monarquia Lusitana*

Ana Machado*

Universidade de Coimbra

Abstract English: Using the heuristic tools of medieval studies, this essay analyses the medieval reverberations in “Afonso Henriques e D. Teresa”, one of the short stories of *Fama e segredo na história de Portugal* (2006). By mobilizing the possible sources accessed by Agustina Bessa-Luís and the layers that were interposed over time, the study shows the assumptions that animated the productive archaeology she led and the meaning of the recreation of the of Portugal’s birth. By identifying the sources used and, above all, their proximity to Fr. António Brandão’s *Monarquia Lusitana* (1632), this essay exposes how the author follows, distorts or subverts it, depending on her historiographical scepticism or on the secret she wants to uncover. In the same sense, the legends she openly rejects turn out to be indispensable both to the postulation of the enigma and to the discovery of the crime whose content she dears not say. In a medievalist version marked by a permanently modalizing discourse, Agustina adds to the realistic representation of the Middle Ages “as they were”, animated by historical figures and their conflicts of power and legitimacy, a Middle Ages as “they might have been”. To the romantic idea of the Middle Ages as the cradle of the nation, she contrasts the grotesque extremes of violence and the subsequent crisis of identity.

Keywords: Agustina Bessa-Luís, “Afonso Henriques e Dona Teresa”, *Monarquia Lusitana*, Studies in Medievalism, medieval historiography

Resumo: Com base nos instrumentos heurísticos dos estudos de medievalismo, analisa-se a reverberação medieval em “Afonso Henriques e D. Teresa”, uma das “óperas” de *Fama e segredo na história de Portugal* (2006). Mobilizando as possíveis fontes consultadas por Agustina Bessa-Luís e as sucessivas camadas críticas que se interpuseram na linha do tempo, exploram-se os pressupostos que animaram a arqueologia produtiva que conduziu e o sentido da recriação de um momento vital na fundação de Portugal. A partir da identificação das fontes utilizadas e sobretudo da proximidade com a *Monarquia Lusitana* de Fr. António Brandão (1632), mostra-se como a autora segue, distorce ou subverte esse filão matricial, em função do seu ceticismo historiográfico ou do segredo que quer desvendar. No mesmo sentido, as lendas que declara rejeitar revelam-se imprescindíveis tanto à postulação do enigma como à descoberta do crime cujo teor apenas insinua. Numa versão medievalista marcada por um discurso permanentemente modalizante, Agustina acrescenta à representação realista da Idade Média tal como ela foi, animada pelas figuras históricas e seus conflitos de poder e de legitimidade, uma Idade Média como ela pode ter sido, e, à ideia romântica de uma Idade Média como berço da nação, contrapõe o grotesco dos extremos de violência e a subsequente crise de identidade.

Palavras-chave : Agustina Bessa-Luís, “Afonso Henriques e Dona Teresa”, *Monarquia Lusitana*, estudos de medievalismo, historiografia medieval

As revisitações transgressivas da História têm sido um tópico recorrente da crítica literária agustiniana. Com base nos instrumentos heurísticos dos estudos de medievalismo, ou seja, da disciplina que toma por objeto o próprio medievalismo enquanto receção criativa pós-

*Corresponding author: Ana Machado, E-mail: anamacha@fl.uc.pt

Copyright: © 2025 Author. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), allowing third parties to copy and redistribute the material in any medium or format and to remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially, provided the original work is properly cited and states its license.

medieval da Idade Média, analisa-se a reverberação medieval em “Afonso Henriques e D. Teresa”, uma das “óperas” de *Fama e segredo na história de Portugal* (2006)¹. Mobilizando as possíveis fontes consultadas por Agustina Bessa-Luís e as sucessivas camadas críticas que se interpuseram na linha do tempo, procurara-se identificar os pressupostos que animaram a arqueologia produtiva que conduziu e o sentido da recriação de um momento vital na fundação de Portugal.

Seguindo o filão explorado por autores como Aquilino Ribeiro (1885-1963), em *Príncipes de Portugal. Suas grandeszas e misérias*, de 1952, ou, já no século XXI, por Mário Cláudio, em *Triunfo do amor português* (2004), em *Fama e segredo na história de Portugal*, Agustina elege 12 protagonistas, três dos quatro em diálogo com seus cônjuges, sobre os quais pairam, segundo a autora, as dúvidas mais instigantes da História portuguesa. A escritora chama-lhes óperas, por analogia com o género que Richard Wagner considerou a obra de arte total, reportando-se o sentido dessa totalidade às múltiplas sinuosidades radiculares que se entrelaçam em cada um dos contos, dando palco, voz e movimento a personagens que se singularizam pelo excesso e pelo dramatismo das suas vidas.

Fama e segredo da história de Portugal teve uma primeira edição em 2006 e uma segunda em 2010, ambas com a preciosa chancela da editora Guerra & Paz. Do ponto de vista da materialidade da literatura, esta edição é, no meu entender, muito mais bem conseguida, no que se afigura uma inequívoca sinalização do poder simbólico e da revisão patrimonial que, conscientemente, Agustina oferece à pátria. Próxima do livro de artista, apresenta-se cartonada, de pequeno formato, filhote vermelho assedado, início de capítulo com capital ornada e princípio de frase a cor diferente, num jogo cromático onde o vermelho sanguíneo contrasta com o usual preto, no que parece refuncionalizar o *layout* dos manuscritos medievais. O *design*, a cargo de Ilídio J. B. Vasco, é particularmente cuidado, deslocando o lugar prototípico do cabeçalho e do rodapé para as margens esquerda e direita das folhas². As 12 óperas seguem a numeração romana e cada título vem associado a um emblema do conto.

No caso de “Afonso Henriques e D. Teresa”, o segundo conto da obra, Lucy Pepper, autora das ilustrações e das vinhetas, destacou o elmo em coerência com o desenho em página dupla, que antecede a página do título e onde se vê um Afonso Henriques templário³ – hipônimo acrescentado ao perfil de guerreiro que o conto apresenta – e uma D. Teresa aprisionada num castelo. A pertinência desta figuração sublinha o episódio cujos contornos instigaram a curiosidade de Agustina: a batalha de S. Mamede que, em 1128, opôs os seguidores da rainha ao exército do infante ou, no dizer de Agustina, D. Fernandes Peres de Trava, que “tinha por seu lado o Fernandes de Trava, seu pai, e praticamente toda a nobreza da Galiza”, à “ala de capitães e gente de guerra, que dera provas quando o mouro Brasimi estivera às portas de Coimbra” (Bessa-Luís, 2010, p. 32).

Como é usual acontecer nas biografias romanceadas de Agustina, o narrador explicita a sua poética e o modo como a autora se relaciona com a História e com a historiografia, embora, neste conto, seja ao nível da poética implícita que a História é destronada em favor da literatura, como se verá.

Mesmo considerando o estatuto destas ficções históricas, não creio ser possível separar a voz do narrador, ser de papel que conduz a narrativa ficcional, da pessoalidade do autor, que regista fisicamente a sua interpretação imaginativa acerca da História e da literatura. Por esta

1 As citações são feitas pela 2.^a ed.

2 Ilustração e vinhetas de Lucy Pepper, capa e paginação de Ilídio J. B. Vasco. Na primeira edição, a ilustração é de Luís Miguel Castro.

3 Embora os Templários tenham tido uma ação militar importante durante o governo de D. Afonso Henriques, o conto não os refere.

razão, uso indistintamente narrador e autora. Na referência ao narrador, opto pelo género masculino por defeito e porque a autora não ostenta a sua voz narrativa, ao contrário do que acontece noutras romances históricos. Em momento algum da ficção agustiniana se vislumbra, por parte da autora, uma pretensão historiográfica, havendo, sim, uma pulsão ensaística que advém de uma curiosidade extrema e, consequentemente, dos mecanismos de adivinhação que Agustina ativa e que direciona para os vazios e contradições dos seus intertextos historiográficos e ficcionais.

No protocolo que, em “Afonso Henriques e D. Teresa”, reiteradamente firma com o leitor, a autora começa por anunciar que as deduções em volta do “boato” que faz de Afonso Henriques um bastardo de Egas Moniz “são bastante significativas” (Bessa-Luís, 2010, p. 27)4. Nesta espécie de *captatio benevolentia* do leitor reside uma das estratégias para garantir a fiabilidade da sua narrativa e dos seus raciocínios. Situamo-nos uma vez mais no plano das hipóteses (Lopes, 1992) com que a autora galhardamente nos interpela ou provoca. Neste mesmo sentido, o narrador de “Afonso Henriques e D. Teresa” demarca-se dos “favores dos santos e dos cronistas” (Bessa-Luís, 2010, p. 27) e reconhece a relevância das fontes documentais, realçando, contudo, “as contradições que vêm a lume na multiplicidade dos papéis escritos” (Bessa-Luís, 2010, p. 28), sem que, ele próprio, se isente de as perpetuar, como se mostrará.

Com uma preocupação genealógica essencial ao conhecimento do primeiro rei de Portugal, a autora parte do boato da falsa paternidade do Fundador, enreda-se na demanda das suas origens e causas e responde-lhe à revelia do que sói ler-se em discursos encomiásticos e nas crónicas ditadas por diferentes conjunturas (Mattoso, 1992; Rosa, 2010). O labor investigativo-criativo de Agustina mostra-se claramente mais subsidiário da *Monarquia Lusitana* do monge cisterciense António Brandão, publicada em 16325, do que da leitura direta de anais, crónicas ou documentos medievais, ou mesmo da historiografia académica contemporânea. No grande repositório de documentação citada ou convocada para a discussão histórica da versão proposta, aquela primeira tentativa de uma História de Portugal foi o principal mediador da relação entre a autora e o tempo medieval. Embora não o declare – a obra é mencionada apenas duas vezes –, ela é a grande fonte desta ópera. O conjunto de figuras referidas e a abundância de documentos ali citados, com que a autora assaz frequentemente se abona, nem sempre com rigor, contribuem para a afetação de erudição e de verdade histórica, ao mesmo tempo que, pelas contradições que carreiam, sustentam a dúvida que o discurso historiográfico lhe inspira, abrindo caminho para as suas novas *estórias*. Neste processo desenvolve-se um conto cujo pendor genealógico se conjuga com a revisão histórica, ambos subordinados a alterações mais ou menos conscientes de modo a servir os putativos enigmas que a autora se empenha em desfazer.

Talvez mais do que nas restantes óperas, a exploração do tema do segredo justifica a obsessão com as origens linhagísticas que o conto “Afonso Henriques e D. Teresa” desenvolve. De facto, a pulsão genealógica que esta inquirição manifesta não se circunscreve ao infante herdeiro, mas estende-se a figuras como D. Sesnando, conde de Coimbra, o dito aio Egas Moniz, bem como às dúvidas lançadas sobre a ascendência do Conde D. Henrique e da sua consorte⁶. A obsidiante demanda genealógica acorda no leitor a memória dos livros de linhagem

4 A título de curiosidade, pode ler-se uma versão mais convencional sobre o papel de Egas Moniz, sem suspeitas de paternidade, no capítulo que, enquanto *biógrafo com aspirações cívicas e não investigador científico*, Diogo Freitas do Amaral (2000) lhe dedica em *D. Afonso Henriques*.

5 As citações são feitas pela edição de 1973.

6 Como se não bastasse a suspeita sobre a legitimidade régia do fundador de Portugal, Agustina parece divertir-se a reproduzir, por vezes com variações, as dúvidas sobre outras linhagens, na sequência do que se lê na *Monarquia Lusitana*. No caso de D. Sesnando, a autora sintetiza a informação, chegando mesmo a copiar uma frase (“No ano 1080 mandou fazer a igreja de S. Martinho” – Bessa-Luís, 2006, p. 28 e Brandão, 1973, p. 9). Na genealogia de

medievais e das saborosas histórias com que mitificavam as origens das mais nobres famílias do reino, como de resto sucedeu com a lenda de Egas Moniz (Mattoso, 1985). De resto, esta tendência, que a própria *Monarquia Lusitana* também evidencia, confirma-se na inclusão de um episódio do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro (1340-1344) – um dos escassos alargamentos a outras fontes –, citado, um tanto lateralmente, para ilustrar a violência da família de Afonso Henriques na pessoa de um parente que, porque sua mãe “lhe baralhara com a barregã” (Mattoso, 1980, p. 440), a vestiu com uma pele de urso para ser dizimada por cães que, sublinha a autora com ponta de saborosa perfídia, “não eram bichos malteses” (Bessa-Luís, 2006, p. 34).

Uma tal aproximação genológica parece adequar-se igualmente à relevância do tema da bastardia e à dilucidação da identidade do fundador, mas também, embora menos consequente, na caracterização de D. Teresa. Com efeito, a legitimidade sucessória é discutida sobretudo a propósito do príncipe herdeiro, mas também se estende à ascendência da rainha-condessa, no que se afigura ser uma deriva do olhar contemporâneo sobre a Idade Média.

Se a atribuição de uma mãe moura⁷ – inferindo “talvez um cruzamento com uma princesa dos arraiais de um desses aliados dos cristãos com quem estes tinham episodicamente contratos de campanha” (Bessa-Luís, 2006, p. 31) – parece resultar de uma confusão com a filha do rei de Sevilha, a muçulmana Zaida, uma outra concubina régia também referida na *Monarquia Lusitana*, a atribuição de uma falha de sangue à rainha, bem como a sua correlação com a ambição de poder de que é acusada (“como bastarda devia conjugar a avidez do poder absoluto com o direito de corrigir a genealogia” – Bessa-Luís, 2006, p. 31) indiciam acrescentos de um imaginário medievalista e de uma conceção de casamento que só ganhou expressão no século XII, quando prevaleceram as leis do matrimónio solene com bênção litúrgica (Mattoso, 1992; Cassotti, 2008; Amaral e Barroca, 2012). Na realidade, à época, o argumento da ilegitimidade de D. Teresa não parece ter sido dirimido para questionar o seu papel de rainha viúva e o governo do condado portucalense (Cassotti, 2008). E mesmo o casamento com Fernão Peres de Trava, que fontes religiosas como a *Vita Sancti Theotonii* (redigida após a sua morte em 1162 e antes da canonização, no ano seguinte) reputaram de pecaminoso, pois estava viva a sua primeira mulher, era aceite do ponto de vista civil, dado que as separações se podiam acordar entre os cônjuges (Mattoso, 1992). O caso de D. Teresa agrava-se apenas devido aos relatos da relação prévia que tivera com o irmão de Fernão Peres de Trava, Bermudo Peres de Trava, futuro marido de Urraca Henriques, filha do casal portucalense, o que configurava uma inequívoca situação de incesto, de que os dois irmãos se viriam a penitenciar em peregrinação à Terra Santa. De resto, da lenda negra que a cronística medieval guardou de D. Teresa (Ferreira, 2023), Agustina apenas retém a “rainha infidelíssima” (Bessa-Luís, 2006, p. 35), não aludindo sequer à relação com o Bermudo Peres, quiçá por influência de António Brandão, que descrê de casamentos posteriores à sua viuvez.

Egas Moniz, também segue com grande fidelidade esta fonte, que replica o nobiliário do conde D. Pedro. Em relação ao conde D. Henrique, a escritora menciona duas das hipóteses de ascendência (Roberto de Borgonha ou rei da Hungria) discutidas por A. Brandão, embora o monge atribua mais crédito à descendência de Roberto I duque de Borgonha e filho do rei de França (Agustina reduz-lhe o título a conde). Sobre a maternidade de D. Teresa, terá sido a interpretação que a autora faz da litografia de Guglielmi, escolhida por F. Fonseca Benevides (1878), a sugerir-lhe uma origem diversa da proposta por Fr. A. Brandão.

7 Não é a primeira vez que Agustina, como outros autores, se compraz a expandir as relações de proximidade ou parentesco com os mouros, explorando com verosimilhança aquilo que a história tantas vezes documenta. Em *Adivinhas de Pedro e Inês*, lemos que Inês aprende artes de sedução com “feiticeiras mouras” (Bessa-Luís, 1983, p. 27). No romance histórico *Memórias de Inês de Castro* (1990), de António Cândido Franco, o autor identifica D. Teresa, mãe de D. João, mestre de Avis, com uma “pequena escrava de origem árabe”, justificando deste modo o hibridismo originário do português (Franco, 1990, p. 79).

De facto, o narrador não se embrenha em especulações de ordem moral sobre o perfil da rainha. Pelo contrário, a sua caracterização concentra-se sobretudo no seu poder, não se esclarecendo, deliberadamente, o lugar que o amor ocupa neste domínio – “não se pode assegurar a inclinação de D. Teresa pelo conde Fernão Peres quando está em causa a independência de Portugal e sua soberania” (Bessa-Luís, 2006, p. 32) –, ainda que, numa outra variação do binómio amor-soberania, o narrador seja menos cáustico e iguale as duas forças em tensão: “no seu coração bate o amor de mulher mas também o seu desejo de se afirmar como soberana” (Bessa-Luís, 2006, p. 33). No mesmo sentido, o casamento com Fernão Peres de Trava – “nunca constado mas de certo modo provado” (Bessa-Luís, 2006, p. 30) – ou a filha que dele nasce são encarados, não como uma infração à moral, mas como eventuais obstáculos jurídicos à sucessão.

Nesta receção criativa (Gentry & Müller, 1991) da Idade Média, a questão do direito à terra, que se esgrimira já na *Primeira Crónica Portuguesa* (c. 1270)⁸ e nas que a testemunham, e que opusera os direitos de D. Teresa, enquanto filha de rei, e os de Afonso Henriques, herdeiro do Condado Portucalense⁹, não é um tópico que importe à questão da paternidade régia. A autora procede como se a conflitualidade jurídica se esbordoasse perante a gravidade da *cabala* que irá desvendar e do crime que envolveu.

A par da atenção concedida à linhagem, a cronologia é outra pedra de toque para inculcar suspeitas nas datações que a historiografia fixou ou discutiu. Emulando o debate crítico endógeno a este discurso, Agustina, depois de admitir que Afonso Henriques teria nascido em 1106, e não em 1094¹⁰, e de manter esta data quando indica que, na batalha de S. Mamede, Afonso Henriques tem 22 anos (Bessa-Luís, 2010, p. 30), perto do final do conto, ao datar a sua auto-investidura como cavaleiro, na catedral de Zamora em 1125, apresenta-o com 14 anos (Bessa-Luís, 2010, p. 35), o que adia necessariamente o seu nascimento para 1111. Mesmo a terminar, aventa ainda uma nova data: “por volta de 1110” (Bessa-Luís, 2010, p. 38). Curiosamente, estas oscilações não comprometem a resposta que Agustina encontra para os segredos que procura descobrir. Tratar-se-á de distrações de Homero ou de descaso desassombrado face a pormenores que, na realidade, mais não fazem do que prolongar as reconhecidas incongruências da historiografia?

Sem descartar estas hipóteses, do confronto do conto com *O Conde Dom Henrique*, no Livro VIII da *Monarquia Lusitana*, verifica-se que, enquanto nas primeiras datas discutidas (1106 e não 1094) a autora segue o raciocínio de Fr. António Brandão, nas referências posteriores opta pelo termo *a quo* do intervalo cronológico que o monge cisterciense propusera para o nascimento do infante: entre 1106 e 1110. Ora é justamente a omissão deste arco cronológico que vai comprometer a coerência das datas que Agustina menciona ao longo da sua narrativa,

8 A mais recente investigação faz remontar a *estória* de Afonso Henriques, não a uma canção de gesta, como foi defendido em tempos por António José Saraiva (1979), mas a uma provável *Primeira crónica portuguesa*, de cerca de 1270, anónima e composta em círculos próximos da corte régia, conforme demonstrou Filipe Moreira (2008), investigador da Universidade do Porto. Este possível texto primitivo da cronística portuguesa terá sido copiado, reescrito e refundido em obras posteriores – como a *IV Crónica breve de Santa Cruz de Coimbra* ou a *Crónica Geral de Espanha*, de 1344, a versão mais conhecida do texto original – que foram recompondo uma lenda de Afonso Henriques fértil e fantasiosa.

9 V. o diálogo entre D. Teresa e seu filho na reconstituição da *Primeira Crónica Portuguesa* (Moreira, 2008, pp. 127-129).

10 O que, por ser D. Henrique já demasiado velho, alimentou “a teoria de o príncipe não ser seu filho” (Bessa-Luís, 2010, p. 29).

dado que, não tendo abordado a possibilidade de o infante ter nascido em 1010, a aritmética gera datas incongruentes com o ponto de partida enunciado¹¹.

A sinalização das divergências prossegue, agora a propósito do milagre de Cárquere, segundo o qual a virgem tinha curado a malformação congénita nas pernas (“encolheitas” – Calado, 1988, p. 6) do infante¹². Neste ponto, o narrador recorre a uma citação de Alexandre Herculano, no intuito de subscrever o seu alerta contra “os fundadores de antigas monarquias cuja vida foi desde o berço povoada de maravilhas e milagres pela tradição popular” (Bessa-Luís, 2010, p. 32)¹³. A articulação destas reservas com a convocação de fontes documentais¹⁴ e de referências linhagísticas¹⁵, ou das dúvidas que espoletam, bem como com a rejeição das lendas da cura milagrosa de Afonso Henriques e do gesto sacrificial de Egas Moniz parece erigir-se em garante de verdade histórica e de confiabilidade narrativa, ao mesmo tempo que se vai identificando o segredo a descobrir: a origem ocultada do infante.

Uma primeira leitura do conto leva o leitor incauto a reconhecer na autora um domínio acurado de tópicos críticos do reinado de D. Afonso Henriques, uma vez que, num aparente labor de medievalista académica – a pulsão que a investigadora britânica M. J. Toswell (2009) identifica em muitos dos regressos à Idade Média –, estriba o conto tanto em abundante documentação medieval, como em alguma historiografia posterior, como a mencionada *Monarquia Lusitana* ou a *História de Portugal*, de Alexandre Herculano (1846-1853), citadas no conto com distintos propósitos. Porém, mais do que a historiografia académica ou criteriosas edições de fontes medievais, durante grande parte do conto, Agustina privilegia os tópicos que Fr. António Brandão discute a partir das fontes documentais, narrativas, epigráficas que testemunhou direta ou indiretamente. É, pois, com este material “antigo” que, em graus diferentes, a autora ressemantiza fantasiosamente um imaginário nacional bem mais partilhado do que as revisões académicas contemporâneas com suas discussões sobre fontes documentais e narrativas. A narrativa avança como se a preciosa recolha de documentos, que António Brandão transcreveu, citou ou comentou na *Terceira parte da Monarquia Lusitana*, bastasse à autora para a reconstrução ficcional que ensaia e que, curiosamente, a discussão filológica não compromete. Desta atitude poderá intuir-se um *statement* tácito secundarizador do trabalho

11 Tanto mais que Agustina também subtrai o raciocínio do cisterciense que, depois de transcrever a *Chronica Gothorum* (redigida, segundo Bautista (2009), no século XIII), esclarece que a investidura “deuia ser em o principio do anno, antes de elle chegar aos quinze de idade, os quais se cumpriraõ alguns meses adiante, suposto ser o seu nascimento no ano de mil & cento & dez, como já mostramos” (Brandão, 1973, p. 86).

12 A fonte mais remota que refere este defeito congénito é a *Crónica de 1419*: quando o infante tinha cinco anos, o seu aio Egas Moniz foi beneficiado com a visão de Santa Maria que lhe prometeu a cura do herdeiro: “Cava em aquelle lugar e acharás húa igreja que em outro tempo foi começada em meu nome e húa imagem minha, e correge a imagem minha, que he feita em meu nome e á minha honrra. E, como isto foi feito, faras ahi vigilia e porão o menino sobre o altar, e sabe que seraã são e guardido (...)", como de facto aconteceu (Calado, 1988, p. 6). Sobre as diferentes *faces* do Fundador, v. Mattoso, 1992 e Rosa, 2010.

13 Vale a pena transcrever todo o passo: “(...) Afonso Henriques, acerca de cuja infância falsas curiosas lendas nos nossos livros históricos. Como a de Carlos Magno ou de Artur; como a de quase todos os fundadores de antigas monarquias, a sua vida foi desde o berço povoada de maravilhas e milagres pela tradição popular. Infelizmente os inexoráveis monumentos contemporâneos destroem, ou com o seu testemunho em contrário ou com o seu não menos severo silêncio, esses dourados sonhos que uma erudição mais patriótica e piedosa que ilustrada recolheu e perpetuou. A história é hoje uma coisa assaz grave para não se entreter em conservar lendas nascidas e derramadas em épocas mui posteriores aos indivíduos a quem se referem” (Herculano, 2007, pp. 368-369).

14 Segundo os documentos convocados maioritariamente pela *Monarquia Lusitana*, Agustina cita um testamento, duas escrituras, uma carta de foral e duas doações. A escritura de Fernão Peres de Trava (Bessa-Luís, 2006, p. 33) pode ler-se na edição do *Livro Preto* da Sé de Coimbra (Rodrigues & Costa, 1999, doc. 273, pp. 406-407). Para a doação de D. Teresa, v. *infra*, p. 10.

15 De acordo com a ordem do texto, sucedem-se referências linhagísticas ao conde D. Henrique, a Egas Moniz e a D. Teresa. Do conde D. Sesnando apenas se refere a condição social.

historiográfico¹⁶, semelhante a tantos outros disseminados na sua obra e aqui representados igualmente na solidária convocação de Alexandre Herculano, um outro importante vulto da historiografia nacional, também “antiga”, três vezes citado no conto, para, por um lado, relativizar as lendas históricas e, por outro, para aludir ao poder explicativo dos acontecimentos que se ocultam nas trevas que tantas vezes envolvem a realidade, como sucede no final de “Afonso Henriques e D. Teresa”.

O implícito descaso da investigação medieval contemporânea pode ferir a sensibilidade de académicos medievistas mais reativos aos protocolos que a ficção pode estabelecer com a História. Porém, do ponto de vista dos estudos de medievalismo, importa perceber que o grande jogo que Agustina encena assenta também num declarado descrédito das lendas, comum, de resto, a muitas das suas revisitações históricas. Contudo, simultânea e tacitamente, este conto parece contrariar esta tendência, pois é sobre as confabulações medievais que a autora funda todo o dispositivo narrativo que a conduz ao postulado do segredo e à putativa chave do mistério.

Independentemente da identificação do intertexto disfarçado que o conto revisita, o leitor de Agustina imerge na sua ficção histórica em busca das variações sobre um saber comum. De facto, se foi a citação de António Brandão que suscitou o confronto entre o conto e a *Monarquia Lusitana*, *per se*, ela não implicava que residisse aqui a matriz desta ópera, pois a coincidência de dados aduzidos poderia perfeitamente remontar a outras fontes, tão vastamente repetida foi a gesta do fundador. Todavia, as proximidades com os Livros VIII e IX, respetivamente *O Conde Dom Henrique* e *A Rainha Dona Tareja*, são inequívocas e mostram que foi a partir desta obra que Agustina reinventou o seu conto medievalista¹⁷. De todo o modo, no conhecimento diferencial que a literatura acrescenta (Franchetti, 2022), a leitura perfaz-se em permanente surpresa diante dos juízos rápidos e acutilantes com que, breve e desapaixonadamente, a escritora descreve ou comenta personagens e situações, ou descobre imaginadas intencionalidades. Já lida por estudiosos do medievalismo, a retórica historiográfica emulada em “Afonso Henriques e D. Teresa” vai-se progressivamente esboroando perante os *tours de force*, jocosos e sempre desassombrados, que questionam e/ou dissolvem a confiança induzida pelo aparato historiográfico.

Com efeito, a trama que aqui se reinventa, sobrepondo uma nova ficção às versões tradicionais, assenta ironicamente em elementos de duas lendas: a lenda de Egas Moniz, que a anónima *Primeira Crónica Portuguesa* acrescentara aos igualmente anónimos anais latinos do século anterior, genericamente designados *Annales domni Alfonsi portugallensium regis* (c.1183) (David, 1947; Blocker, 1966; Bautista, 2009), e a lenda da deformidade congénita de Afonso Henriques e da sua cura milagrosa, forjada na *Crónica de 1419*, redigida com toda a probabilidade por Fernão Lopes, que D. Duarte encarregara de “poer em caronica os feitos que em Portugal antigamente fooram” (Lopes, 1977, p. XLV). Para a história dos reis antigos, o primeiro cronista oficial do reino estrutura os capítulos a partir da *Crónica Geral de Espanha* (Moreira, 2011), composta por D. Pedro conde de Barcelos, filho bastardo do rei D. Dinis, mas, é com a nova lenda de Afonso Henriques, que Fernão Lopes ensaia o projeto de legitimação providencialista que, de uma forma mais sistemática, animará mais tarde a construção mítico-

16 Não parecem interessar-lhe os contributos avançados pela bibliografia da especialidade, nem mesmo a mais generalista, como as *Histórias de Portugal*, respetivamente de José Mattoso e Armindo de Sousa (1992) e de Maria Helena d Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (1996). A hoje imprescindível biografia de D. Afonso Henriques, por José Mattoso (2006), é publicada no mesmo ano de *Fama e segredo na história de Portugal*. E a documentadíssima biografia de D. Teresa, de Luís Carlos Amaral e Mário Jorge Barroca (2012) é posterior a essa obra.

17 No âmbito dos estudos do medievalismo literário, esta designação é mais específica e centrada na referencialidade epocal do que o hiperônimo metaficação historiográfica (Hutcheon, 1988).

heroica da figura do monarca D. João I, mestre de Avis, o sucessor da dinastia de Borgonha inaugurada por Afonso Henriques.

A propósito da lenda de Egas Moniz, recorde-se que o pretenso aio de Afonso Henriques ficou para a mitografia nacional como um exemplo de lealdade e astúcia diplomática quando, para evitar a eminente vitória do imperador Afonso VII no cerco de Guimarães, em 1127, negoceia a paz em troca da promessa de uma vassalagem que o infante se recusaria a cumprir. No conto, porém, Agustina retira veracidade ao posterior “episódio de Egas Moniz com a corda ao pescoço e a família descalça, para resgatar a sua palavra perante Afonso VII” (Bessa-Luís, 2010, p. 38)¹⁸, referindo-se-lhe em modalidade epistémica com valor de possibilidade: “Decerto isto pertence à lenda que se formou logo a partir do milagre de Cárquere” (Bessa-Luís, 2010, p. 38).

Já no tocante às “pernas coladas a partir dos joelhos” (Bessa-Luís, 2010, p. 29), conquanto o narrador afirme denodadamente que este é um “facto que não se pode desdizer nem ocultar” (Bessa-Luís, 2010, p. 29) – a sua tese depende desta premissa tardia –, não deixa de questionar, reiteradamente, a possibilidade de Afonso Henriques ter sido miraculado. Inicialmente fá-lo num registo ainda probabilístico, pois perante a versão do milagre, infere: “Dá para pensar que Egas Moniz [...] fez substituir” o estropiado “por um dos seus próprios filhos ou filho dalgum rico-homem” (Bessa-Luís, 2010, p. 29). Mas, mais à frente, admite, em discurso sempre modalizante, que “O povo podia confundir-se com o milagre, mas os homens de conselho, entre os quais bispos e abades podiam mostrar desengano quanto à santidade do acontecimento” (Bessa-Luís, 2010, p. 32) – uma estratégia derogatória onde reverbera o modo como Fernão Lopes manipulava a opinião dos seus leitores, contrapondo os “de chaão e simprez emtender” aos “mais sotiiis demtemder, letrados e bem discretos” (Lopes, 1979, p. 135). E, perto do final do conto, sintetiza-se a descrença, reduzindo o milagre à mera *vox populi*: “cresceu (...) em fama de miraculado” (Bessa-Luís, 2010, p. 34).

Não obstante as denegações da intervenção divina, acalentada pela versão popular da gesta afonsina, a poética implícita do conto nutre-se dos discursos lendários de que o narrador parcialmente se distanciara. Importa, pois, perceber as motivações da estratégia de Agustina, identificável apenas por confronto com as sucessivas camadas que se interpuseram entre a história de Afonso Henriques e a memória que dele se cristalizou.

Porque recorre o narrador a lendas que tão sistematicamente desqualifica? Numa resposta muito pragmática, dir-se-ia que, para construir a sua hipótese ficcional – a sua inquirição sobre o que a História cala –, o narrador necessita do episódio da lealdade lendária de Egas Moniz, e precisa de elaborar a partir das consequências da lenda das “pernas encolheitas”. É certo que o narrador descrê do sacrifício que o amo está disposto a fazer para redimir a falta do seu pupilo, mas acaba por encontrar uma justificação coerente para o pacto firmado entre Egas Moniz e Afonso VII. Do mesmo modo, também rejeita a solução taumatúrgica, conquanto não possa refutar a deficiência congénita, sob pena de não encontrar resposta ao mistério que se propõe desocultar.

Neste vaivém entre a lenda e a sua contestação, o discurso que Agustina nos apresenta combina duas das modalidades que David Matthews (2015)¹⁹, uma importante referência dos estudos de medievalismo anglo-saxónicos, identifica no discurso medievalista. De facto, à

18 De acordo com a lenda, como Afonso Henriques se recusava a prestar vassalagem a Afonso VII, Egas Moniz estava disposto a sacrificar a sua vida e a da sua família para resgatar a promessa de lealdade que, alegadamente em nome de seu amo, garantira ao imperador.

19 O autor considera ainda a Idade Média *como nunca foi*, com motivos medievais que criam uma aparência medieval; as produções culturais baseadas em elementos medievais que incorporam referências ou motivos modernos; e as produções culturais ancoradas no seu tempo que olham para a Idade Média com maior ou menor explicitude.

representação realista da Idade Média *tal como ela era* – com migrações de personagens históricas e dos seus conflitos de poder e de legitimidade –, o narrador adiciona uma Idade Média *como ela pode ter sido*, assentando, portanto, em premissas não históricas. Esta camada lendária, preservando embora uma estética realista, supõe uma consciência tácita de que se trata de uma ficção, de uma fantasia, ou, nos próprios termos de Agustina, do desenvolvimento moderno de medievais “cogitações, extemporâneas decerto, mas que ao mesmo tempo deviam ser propícias a saborosas intrigas” (Bessa-Luís, 2010, p. 35). O passo refere-se às suspeitas que envolvem a criação de Afonso Henriques em casa de Egas Moniz, na companhia de seu filho Lourenço Viegas, a quem o fundador chamava irmão, mas a ideia é transponível para a relação que a poética de Agustina mantém com a História e com as dúvidas que ela lhe inspira. Deste modo, o conto “Afonso Henriques e D. Teresa” desenvolve novas *cogitações e saborosas intrigas*, adicionando, ao comportamento já inventivo dos cronistas medievais, o contributo da sua pulsão interpeladora e imaginativa.

Subacente a este conto, descobre-se uma pergunta implicitamente formulada e à qual esta nova versão da estória de Afonso Henriques procura dar resposta. Num gesto de persuasiva retórica, o narrador insiste assertivamente na dúvida sobre as razões que estiveram na origem da animosidade de Afonso Henriques contra a mãe, o *leitmotiv* coral da ópera. A propósito da batalha de S. Mamede, em que partidários de D. Teresa e do Infante se confrontam, Agustina descobre o vazio (*a coisa*) que as versões medievais não esclarecem: “Para que a cólera de Afonso Henriques se levante tão devastadora, chegando a perseguir a mãe como uma ré de alta traição, é preciso que alguma coisa ameace o príncipe e ponha em causa o seu reinado” (Bessa-Luís, 2010, p. 31). Na página seguinte, insiste: “Alguma coisa sucedeu para que as relações entre mãe e filho fossem quebradas.” (Bessa-Luís, 2010, p. 32). E, já perto do final, e na sequência do cerco de Guimarães, refere-se, sempre vagamente, às imprecisas “coisas [que] desandaram em franca hostilidade entre mãe e filho (...), no ano seguinte, rebentava a revolução que teve desfecho na batalha de S. Mamede.” (Bessa-Luís, 2010, p. 37).

Convém sublinhar que a dúvida que anima o conto ainda hoje é matéria de discussão historiográfica. No segundo volume da *História de Portugal*, José Mattoso (1993) reconhece que “Até lá [até 1127], não se pode apontar qualquer indício seguro de um conflito entre o infante e a sua mãe ou Fernão Peres” (Mattoso, 1993, p. 54)²⁰; de resto, no plano da História, o infante defende o cerco de Guimarães ao serviço de sua mãe, portanto, antes de a confrontar em S. Mamede. Não fora o aparente alheamento de Agustina em relação à historiografia académica, poder-se-ia pensar que teria sido o vazio formulado por José Mattoso que movera a autora a empreender esta demanda medieval. De todo o modo, é justamente esta busca de uma causa para o que a lenda silencia que tem animado muito do medievalismo artístico, estimulando um regresso à Idade Média dos estudos medievais e, eventualmente, a novas descobertas ou renovadas interpretações desse tempo pregresso.

Na versão de Agustina, os motivos da hostilidade prendem-se com os laços familiares que unem os principais atores. Por um lado, o casamento entre o conde galego Fernão Peres, da ilustre linhagem dos Travas, e aquela que, com a legitimidade da época, já assinava como rainha – “Até ao princípio desse mesmo ano [1128] pareceu haver harmonia, mas as coisas precipitaram-se com a ideia do casamento” (Bessa-Luís, 2010, p. 30); e, por outro, o pretenso direito do conde sobre o reino – “Quando D. Afonso Henriques defere o golpe da sua ira é possivelmente quando Fernando de Trastâmara se arroga direito sobre o reino e a sucessão.” (Bessa-Luís, 2010, p. 30) – e a existência de uma filha dessa ligação – “Em 1131 há uma filha” –, atestada por uma breve transcrição de um documento latino, de modo a sustentar a

20 Na biografia de 2006, porém, o historiador adianta que, se houve resistência a Afonso VII, então Afonso Henriques devia agir em nome de quem se proclamava rainha.

auctoritas do argumento – “Ego Comes Ferdinandus Paes filius Comitis Petri una cum filia nata de Regina D. Tereixa conf.²¹”. Para que não subsistam dúvidas, segue-se uma terceira – “Há portanto uma filha do segundo casamento” (Bessa-Luís, 2010, 31) – e quarta insistências – “tinha nascido uma menina, uma menina do casamento de D. Teresa com o conde de Trastâmara” (Bessa-Luís, 2010, p. 32). Observe-se que, ao mesmo tempo que Agustina se distancia da fonte principal do conto, que discute e discorda da tese de casamento, transcreve *ipsis verbis* a citação utilizada pelo monge cisterciense de modo a reforçar uma ideia que assenta no pressuposto do casamento.

Por outra banda, apoiada no boato inicial, segundo o qual “Afonso Henriques era um bastardo de Egas Moniz” (Bessa-Luís, 2010, p. 27), e no consequente recuo na data do nascimento do infante – alegando que, a ser mais tarde, D. Henrique estaria “maduro e, segundo as leis da longevidade, entrado em decrepitude [teria então 40 anos]” –, “(...) a teoria de o príncipe não ser seu filho tomou alento na comunidade da História.” (Bessa-Luís, 2010, pp. 28-29). O argumentário prossegue com a formulação de duas outras perguntas, de novo com valor epistémico de possibilidade: uma sobre a falsa maternidade de D. Teresa – “Se D. Afonso Henriques não é de facto o filho de D. Teresa” (Bessa-Luís, 2010, p. 31) –, e outra a alegar o gesto conspirativo – “se há testemunhas duma cabala que vai até ao crime” (Bessa-Luís, 2010, p. 31) –, a que se segue a dedução lógica, que não concretiza: “é preciso tomar medidas, e medidas profundamente arriscadas, impetuosas e até brutais” (Bessa-Luís, 2010, 31). Em registo sempre elítico, está encontrada a resposta para a pergunta reiteradamente formulada e um fundamento para o assomo de violência que leva o filho “a pôr a ferros a própria mãe” (Bessa-Luís, 2010, p. 30).

O que, neste momento do texto, era ainda um raciocínio, confirma-se no registo assertivo de um secreto conhecimento partilhado pelas três personagens envolvidas na conspiração: Afonso Henriques, D. Teresa e Egas Moniz. Por duas vezes se refere que o infante demorava a pedir a D. Teresa “contas da herança”. Na primeira, lê-se que “não lhe convinha abrir a cortina sobre o caso da sua deformidade de nascença e a maneira como fora curada.” (Bessa-Luís, 2010, p. 32), descobrindo-se, na metáfora da *cortina*, um Afonso Henriques consciente do segredo que podia comprometer a sua sucessão e conivente com a usurpação de identidade. Na segunda, perante o mesmo atraso, é já a ira que faz o infante declarar guerra à mãe, após o cerco de Guimarães (“na verdura da mocidade e irado pela demora da sua nomeação (...) declarou guerra a D. Teresa” – Bessa-Luís, 2010, p. 37).

Ao fazer preceder a batalha de S. Mamede (1128) à invasão de Afonso VII, que Agustina situa em 1127, a autora subverte a cronologia e a sequência de eventos relatados pela *Monarquia Lusitana* e, mediatamente, também pelas crónicas portuguesas do século XIII, e mantém que, com o cerco de Guimarães, o imperador respondia ao pedido de auxílio que lhe dirigira sua tia D. Teresa – “É de supor que a vinda de Afonso VII (...) se devesse a uma queixa de sua tia” (Bessa-Luís, 2010, p. 37) –, sem todavia vincular este pedido à sua derrota em S. Mamede. Este afastamento surpreende por, talvez de modo involuntário, a cronologia convergir com a atual historiografia académica. Na sua *História de Portugal*, José Mattoso e Armindo de Sousa (1993), assentando na informação da *História compostelana* (redigida entre 1109 e 1149), defendem que, em 1127, era o rei quem tentava dominar a tia que se recusava a prestar-lhe vassalagem e que Afonso Henriques combatia ao lado de D. Teresa. Mais uma vez, a diferença não é relevante para o cerne do conto, dado que, em qualquer das versões, a vinda de Afonso VII visava a confirmação dos “seus direitos sobre o Condado Portucalense” (Bessa-Luís, 2010, p. 37).

21 Abreviatura de “confirmante”.

A aproximação pontual à historiografia contemporânea não permitirá pensar num sincretismo de fontes. Será talvez mais uma troca inconsequente de ações, tanto que, embora a autora refute a posterior ida de Egas Moniz à corte do imperador, mantém o pacto entre o aio e Afonso VII, contemplado pela lenda. A novidade reside no acrescento inventivo de que Egas Moniz agiu não “por lealdade mas por prudência” (Bessa-Luís, 2010, p. 37). Efetivamente, com motivações distintas, tanto o aio como D. Teresa jogavam a carta da ilegitimidade de Afonso Henriques. E se, em relação ao primeiro, que pretendia abafar o segredo, o narrador é peremptório – “Egas Moniz (...) receoso de ver debatida a legitimidade do seu pupilo infante.” (Bessa-Luís, 2010, p. 37) –, já no que toca à atitude de D. Teresa, regressa ao discurso modalizante: “Devia ser esta carta com que jogava” (Bessa-Luís, 2010, p. 37).

O último argumento a confirmar o motivo folclórico da troca de crianças é uma doação de D. Teresa a uma putativa ama. Contudo, a autoridade da chancela documental dissolve-se num parágrafo, mais uma vez subordinado à modalidade epistémica de possibilidade: “É de crer que a tal ama de leite de D. Afonso fosse Ausenda Dias”, a quem o infante fora arrebatado, e que ela “estaria na posse de segredos que a História não pode remover dos seus escombros. (...) é possível que (...) [D. Teresa] tivesse o intuito de pagar serviços prestados, entre os quais a criação da criança misteriosa que Egas Moniz levou do castelo de Guimarães poucos dias depois de nascer” (Bessa-Luís, 2010, p. 38).

Se até aqui tem sido possível identificar as abonações que Agustina convoca, maioritariamente a partir da *Monarquia Lusitana*, neste caso, salvaguardada pelo discurso modalizante usado sobretudo para as inferências da autora, apenas se encontra ali uma referência a “Dona Auzenda sua [de Afonso Henriques] ama de leite” (Brandão, 1973, p. 52). A título de hipótese, poderá ter havido alguma confusão de nomes e de lugares entre a alegada doação da vila de Góis e uma outra, assinada por D. Teresa, na mesma data (1116), destinada “a Gosendo Alvares e sua mulher Ausenda Mendes”, entregando-se propriedades distintas: “Santanelas e Seixido (c. Peso da Régua)” (Azevedo, 1940-1980, p. 57).

Neste ponto, a conclusão que o narrador antecipa é ainda duvidosa. Egas Moniz continua a ser o “aio ou pai verdadeiro” (Bessa-Luís, 2010, p. 38), mas o jeito obsidiante com que o narrador explora o tema da bastardia indica que, mais do que a ameaça sucessória do padrasto ou da meia-irmã, é ao receio que se descubra o segredo sobre as origens deste pseudo-Henriques, de pai e mãe incertos, que o narrador imputa a cólera devastadora deste sobrevivente que, fazendo jus à criação principesca, se lança contra quem lhe ficara em lugar de mãe.

A “nota arrepiante” que o narrador deduz de todo o argumentário explanado, e que se instalara no leitor desde o descrédito a que votara o milagre de Cárquere, implica a existência de um herdeiro estropiado que se perdeu “no rodapé da História” (Bessa-Luís, 2010, p. 39). Por breve que tenha sido a sua existência, com esta versão trágica do motivo folclórico da troca das crianças à nascença, perdem-se quaisquer ilusões sobre um país outrora declarado inviável, tal foi a ruindade dos seus primórdios, como observa Agustina por interposta pessoa. A orfandade em que a troca das crianças deixa o reino, e a república que lhe sucedeu, condena-a definitivamente ao trauma de uma falsa paternidade e a uma consequente crise de identidade.

A opção de encerrar o conto com uma citação de Alexandre Herculano que, apesar de extraída da *História de Portugal*, o narrador imputa, por sentida afinidade, não ao historiador, mas ao romancista, resume o percurso criativo de Agustina: “Há muitas vezes na História, ao lado dos factos públicos, outros sucedidos das trevas, os quais frequentemente são a causa verdadeira daqueles e que os explicariam se fossem revelados.” (Bessa-Luís, 2010, p. 39). Sancionando-se o perscrutar das trevas, aprova-se igualmente a solução do mistério que, não a História mas, sim, a ficção pôde *remover dos escombros*. A complementaridade conto/História

que assim se estabelece retoma a fluidez de fronteiras entre os dois discursos, pedra de toque da escrita agustiniana, do mesmo modo que, uma vez mais, concede a primazia à literatura.

A revisitação do passado, mediada sobretudo pela *Monarquia Lusitana* que a autora segue, distorce ou subverte, em função do segredo que quer desvendar ou do seu ceticismo historiográfico, parece complementar-se com fontes documentais essenciais ou laterais a novas *cogitações*, retoricamente escoradas num imaginativo diálogo com o passado. A eventual consulta dos documentos ou narrativas não incluídos na sua fonte principal, e lidos possivelmente nos *Documentos dos Condes portugalenses e de D. Afonso Henriques* (Azevedo, 1940-1980), no *Livro Preto da Sé de Coimbra* (Rodrigues e Costa, 1999), no *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* (Mattoso, 1980), ou em qualquer outra obra que os reporte, não parece coadunar-se com o uso que Agustina faz da obra de António Brandão. Não obstante a falta de uma explicação que não seja fantasiosa²² e a insistência num aparato crítico prolongam o registo do monge cisterciense e confirmam um perfil medievalista em que a erudição historiográfica, apesar da suspeição que inspira, constitui a expressão de um pacto de fiabilidade narrativa com o leitor e, ao mesmo tempo, o barro que a ficção irá modelar.

Esta viagem entre a História e a ficção resulta, à *contrecœur*, num conto incontornavelmente lendário, na medida em que, apesar de negar as lendas da criança miraculada e da entrega sacrificial de Egas Moniz, Agustina funda a sua trama em pressupostos lendários correlatos que se erigem em incontornáveis pontos de partida, tal é o potencial criativo que encerram. As *novas invenções achadas* asseguram a inteligibilidade das *saborosas intrigas* que a História oculta e que a literatura, *mais verdadeira*, desoculta.

No jogo de realidade e aparência a que assistimos, os protagonistas da História não perdem em grandeza. Mas, perante uma D. Teresa soberana, quiçá dividida entre o amor e a ambição de dominar a terra herdada, a imagem de um Afonso Henriques guerreiro, nos antípodas do cavaleiro, e “bravo de génio como convinha a um rei de um mal formado território” (Bessa-Luís, 2010, p. 37) fica maculada pelo labéu da ocultada usurpação de identidade e pela cumplicidade num crime indizível que terá eliminado o infante herdeiro.

A ópera que Agustina encena assenta, pois, na dinâmica que se entretece entre duas dicotomias: uma, entre o visível e o oculto, e outra, entre o real e o lendário/ficcional, colocando em diálogo a razão objetiva, ou especulativa, e os segredos desvendados.

Nesta recriação de um momento-chave da fundação de Portugal, combina-se a ideia romântica de uma Idade Média como berço das nacionalidades europeias com o grotesco de uma Idade Média de extremos de violência e de falsas narrativas, a que se adiciona a nota corrosiva de um herói com pés de barro a desinstalar a hiperidentidade portuguesa (Lourenço, 1990).

Referências

Amaral, D. (2000). *D. Afonso Henriques. Biografia*. Bertrand.
Amaral, Luís Carlos & Barroca, Mário Jorge (2012). *A condessa-rainha Teresa*. Círculo de Leitores.

22 É possível que a doação de Fernão Peres de Trava lhe tenha sido sinalizada por *Rainhas de Portugal*, de Francisco da Fonseca Benevides (1878), que cita a propósito do trasto de D. Teresa; o *Livro de Linhagens* pode bem fazer parte das leituras da autora, tanto mais que José Mattoso (1983) editou separadamente uma seleção das narrativas do nobiliário de D. Pedro, que inclui a história de Fernão Mendes Bravo, o parente de Afonso Henriques. Mais difícil de explicar seria a doação de D. Teresa, mas nada obsta a que Agustina tivesse forjado a ideia da compensação e a procurasse, direta ou indiretamente, confirmar documentalmente. Segundo Leontina Ventura, a quem muito agradeço a informação, será possível deduzir, a partir do documento de 1116 e do casal aí referido, a hipótese de Gosendo Álvares e Ausenda Mendes poderem ter sido os aios do infante Afonso.

Azevedo, R. (1958). *Documentos medievais portugueses*, vol. 1, t. 1, *Documentos régios: Documentos dos Condes portugalenses e de D. Afonso Henriques, A. D. 1095-1185*. Academia Portuguesa de História.

Bautista, F. (2009). Breve historiografía. Listas regias y Anales en la Península Ibérica (Siglos VII-XVII). *Talia dixit 4*, pp. 113–190.

Benevides, F. (1878). *Rainhas de Portugal. Estudo histórico com muitos documentos*, T. I., *Typographia Castro Irmão*.

Bessa-Luís, A. (1983). *Adivinhas de Pedro e Inês*. Guimarães & C.ª Editores.

Bessa-Luís, A. (2010). *Fama e segredo na história de Portugal*. Guerra & Paz.

Blöcker-Walter, M. (Ed.). 1966 *Alfons I von Portugal. Studien zu Geschichte und Sage des Begründers der Portugiesischen Unabhängigkeit*. Fretz und Wasmuth Verlag.

Brandão, A. (1973). *Monarquia Lusitana*, P. III, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Bautista, F. (2009). Breve historiografía: Listas regias y Anales en la Península Ibérica (Siglos VII-XII). *Talia Dixit 4*, pp. 113–190.

Calado, A. (Ed.) (1988). *Crónica de Portugal de 1419*. Universidade de Aveiro.

Cassotti, M. (2008). *D. Teresa. A primeira rainha de Portugal*. A Esfera dos Livros.

Coelho, M. & Homem, A. (1996). *Nova História de Portugal*, vol III. *Portugal em definição de fronteiras. Do condado portucalense à crise do século XV*. Editorial Presença.

David, P. (1947). *Études Historiques sur la Galize et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Institut Français au Portugal.

Franchetti, P. (2022). *Sobre o ensino da literatura*. Editora UNESP.

Franco, A. (1990). *Memórias de Inês de Castro*. Publicações Europa-América.

Ferreira, R. (2023). Teresa de Portugal, uma rainha entre as brumas da memória. In Renzi, F. et al. (Eds.) *Igrejas, Poderes e Territórios. Novas perspetivas sobre as relações entre o poder e as Igrejas na Europa medieval (séculos XI-XV)* (pp. 71–91). Edições Afrontamento.

Gentry, F. & Ulrich M. (1991). The Reception of the Middle Ages in Germany: An Overview. *Studies in Medievalism III* (iv), pp. 399–422.

Herculano, A. (2007). *História de Portugal*. Bertrand.

Hutcheon, L. (1988). *A Poetics of Postmodernism. History, Theory, Fiction*. Routledge.

Lopes, F. (1977). *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Lopes, F. (1979). *Crónica de D. Pedro*. Livraria Civilização.

Lopes, S. (1992). *Agustina Bessa-Luís: As hipóteses do romance*. Asa.

Lourenço, E. (1990). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Mattoso, J. (Ed.). (1980). *Livro de linhagens do conde D. Pedro*, vol. II/1. Academia das Ciências.

Mattoso, J. (1981). *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Editorial Estampa.

Mattoso, J. (Ed.) (1983). *Narrativas dos livros de linhagens*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Mattoso, J. (1992). As três faces de Afonso Henriques. *Penélope. Fazer e desfazer a História* 8, pp. 25–42.

Mattoso, J. (2006) *D. Afonso Henriques*. Círculo de Leitores.

Mattoso, J. (1985). João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz. In *Portugal medieval: Novas interpretações* (pp. 301–320). Imprensa Nacional - Casa da Moeda

Mattoso, J. & Sousa, A. (1992). *História de Portugal*, vol. II. *A monarquia feudal (1096-14890)*. Círculo de Leitores.

Matthews, D. (2015). *Medievalism: a Critical History*, Boydell & Brewer Ltd.

Moreira, F. (2008). *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. Estratégias criativas.

O medievalismo em “Afonso Henriques e D. Teresa”

Moreira, F. (2011). *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, Estratégias e Posteridade*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Rodrigues, M. & Costa, A. (Ed.). (1999). *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*. Arquivo da Universidade de Coimbra.

Rosa, M. (2010). O corpo do chefe guerreiro, as chagas de Cristo e a quebra dos escudos: caminhos da mitificação de Afonso Henriques na Baixa Idade Média. In *Santos e demónios no Portugal medieval* (pp. 159-194). Fio da Palavra.

Saraiva, A. (1979). *A épica medieval portuguesa*. ECALP.

Toswell, M. (2009). The tropes of Mmedievalism. *Studies in Medievalism XVII*, pp. 68–76.